

Abertura comercial: um estudo sobre o processo brasileiro de liberalização*

*Suzana Cristina Fernandes***

A partir de 1990, uma profunda e abrangente reforma no regime comercial brasileiro é implementada, direcionando a política econômica claramente para uma liberalização do comércio internacional e uma redução do intervencionismo do Estado. Para tanto, o governo promoveu uma série de modificações na política comercial, que incluía desde a eliminação das barreiras não-tarifárias (BNTs) e redução progressiva das tarifas de importação até um programa de reformas na política industrial.

A implantação do programa de liberalização comercial induziu algumas mudanças na indústria, levando em alguns casos à modernização e em outros ao encolhimento, inaugurando uma nova fase da economia brasileira.

Com vistas a investigar as vantagens e desvantagens desse processo de abertura comercial, realizamos um estudo para mostrar empiricamente o desempenho da economia brasileira no processo de inserção internacional, procurando identificar o grau de abertura das indústrias, bem como a influência dessas políticas sobre a

** Este artigo constitui um resumo da monografia de final de curso, concluída em 1996, para obtenção do título de bacharel em economia, sob a orientação do professor Dr. Neio Lucio Peres Gualda. Vencedor do VII Prêmio Paraná de Economia, promovido pelo Conselho Regional de Economia – Paraná.*

*** Bacharel em Economia pela Universidade Estadual de Maringá, mestranda em História Econômica pelo Instituto de Economia da Unicamp.*

capacidade de oferta interna, nível de produção e preços internos, avaliando ganhos e perdas para a economia nacional, decorrentes da maior inserção no mercado mundial.

INTRODUÇÃO

A nova ordem econômica mundial se caracteriza por um agressivo processo de globalização que assume cada vez mais um caráter mundial de integração produtiva, levando os países a procurar formas de ampliar sua inserção internacional, movidos pela crença de que a liberalização do comércio internacional é uma tendência universal e irreversível. O cenário que prevalece no sistema do comércio mundial exerce pressões no sentido da ampliação da integração global e conseqüente redução de soberania e controles nacionais nos países em desenvolvimento. Independentemente do regime, aqueles países que buscam aumentar o comércio e atrair investimentos experimentam pressões para abrir suas economias e alinhar suas práticas às dos países desenvolvidos.

A força dos argumentos usados na busca da integração econômica faz com que países com estrutura protecionista passem a considerar as novas estratégias de desenvolvimento. Os países se lançam no esforço de uma abertura comercial na tentativa de induzir a modernização de seus parques produtivos, procurando melhorar o nível de vida da sociedade e a eficiência alocativa dos recursos produtivos.

Buscando integrar-se nesse processo globalizante com notável esforço de liberalização, o Brasil – mesmo passando por um grande ajuste macroeconômico – vem sofrendo nos últimos anos um processo gradual de eliminação de barreiras não-tarifárias e de redução acentuada das alíquotas de importação, inserindo-se num processo de abertura econômica.

O presente estudo tem por objetivo levantar as vantagens e desvantagens do processo de abertura comercial, buscando subsídios para avaliar seu impacto sobre a economia brasileira. Para tanto, partimos da hipótese de que a liberação comercial, ao ampliar o fluxo de comércio internacional, altera a estrutura de mercado e abre oportunidades para as indústrias domésticas ampliarem sua capacidade de oferta interna, melhorando o nível de produção, devido à maior facilidade de acesso às novas tecnologias, e influenciando a *performance* industrial e o crescimento econômico, além de servir como instrumento antiinflacionário ao equilibrar o nível de preços internos (GUALDA, 1995).

Este artigo apresenta um resumo do processo de abertura comercial intensificado a partir de 1990 e os resultados da investigação empírica, que primeiramente avalia o grau de abertura dos setores da indústria de transformação e, em seguida, apresenta uma análise de correlação entre as variáveis exportação, importação, produção interna, preços internos, fluxo comercial e grau de abertura, através de testes estatísticos, para verificar se as hipóteses previstas são verdadeiras.

O PROCESSO DE ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL

Até 1988, a política de importação vigente no Brasil estava estruturada, em grande parte, numa estrutura tarifária de 1957, com a manutenção de alíquotas de impostos de importação defasadas e a intensa utilização de regimes especiais, que tornavam o custo das importações incompatível com o atual estágio de desenvolvimento da indústria brasileira. Tornava-se necessário restaurar o papel do sistema tarifário e tornar o diferencial de preços interno e externo (tarifa implícita) próximo de zero, viabilizando a utilização de uma política industrial como meio de retomar o crescimento (LEMME, 1990).

Visando extinguir as distorções e fornecer maior transparência à estrutura tarifária de proteção, a Comissão de Política Aduaneira (CPA) apresentou ampla revisão da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), que passou a vigorar a partir de julho de 1988. Tal revisão tinha como objetivo a eliminação substancial dos regimes especiais e a redução das tarifas para níveis compatíveis com o atual estágio de desenvolvimento industrial.

No entanto, a divulgação das novas propostas formuladas pela CPA ensejou uma série de pressões políticas visando à manutenção da atual estrutura tarifária, o que alterou significativamente a proposta original. O Decreto-Lei nº 2.434, de 17/6/1988, manteve a maioria dos regimes especiais, conforme se observa no quadro 1.

Essa reforma conseguiu diminuir significativamente a redundância tarifária, mas, em muitos setores, ainda restou uma parcela substancial de tarifas.

Tendo em vista as limitações da reforma de 1988, em fevereiro de 1989 inicia-se um processo de revisão tarifária que tinha por objetivo avançar em relação à reforma anterior. Tal revisão conseguiu reduzir a média aritmética da tarifa existente (tabela 1); foram abertos novos itens na TAB, passando de 11.516 para 12.444

itens¹; as alterações nas estruturas tarifárias aumentaram para 80% os itens com alíquota igual ou inferior a 40% (depois de julho de 1988, apenas 54% dos itens tinham alíquotas igual ou inferior a 40%) (LEMME, 1990, p. 37).

QUADRO 1 - PRINCIPAIS REGIMES ESPECIAIS: MANTIDOS E ELIMINADOS - 1988

REGIMES MANTIDOS	REGIMES COM ISENÇÃO ATÉ 80%	REGIMES ELIMINADOS
Acordos Internacionais	Indústria de Rádio e TV	CPA (parcial)
Incentivos à Exportação	Navegação Aérea	MIC-CDI
Befiex	Energia Elétrica	Embraer
Informática	Petrobrás	Empresas de Transporte
Zona Franca de Manaus		Construção Naval
Papel de Imprensa		Ind. Nac. Bens de Capital
Instituições Científicas e Outras		Bens de Interesse (CPA)
Governo		Outros
CPA (parcial)		

FONTE: KUME (1990, p. 56)

TABELA 1 - COMPARAÇÃO ENTRE AS ALÍQUOTAS DAS TARIFAS VIGENTES E ANTERIORES A 1987

ESTATÍSTICAS	COMPARAÇÃO %			
	1987	2º SEM 1988	1º SEM 1989	A PARTIR DE 25/9/89
Média	51	41	44	35
Moda	30	40	40	40
Mediana	45	40	45	35

FONTE: DIEST/CPA

NOTA: Dados extraídos de LEMME (1990, p. 41).

Com essas reformas, as importações tornaram-se mais “baratas”, mas continuaram reprimidas, embora tenham sido eliminadas as restrições administrativas e as proibições.

Permaneceram extremamente altas as tarifas do imposto de importação e só eram autorizadas as importações financiadas, o que dificultava o processo.

Somente no governo Fernando Collor de Mello uma profunda e abrangente reforma no regime comercial brasileiro foi implementada, direcionando a política econômica claramente para uma liberalização do comércio internacional e uma redução do intervencionismo do Estado.

Visando induzir a modernização tecnológica do parque industrial brasileiro e as formas de organização da produção e do trabalho, através da utilização eficiente das forças de mercado, desde

¹Esse fato, segundo Marta LEMME (1990, p.26), foi o responsável pelo aumento da média na tarifa vigente no primeiro semestre de 1989.

o princípio de seu mandato o governo já demonstrava claramente o caminho em direção à liberalização do comércio exterior do Brasil. Principalmente porque esta era uma medida que visava alcançar a médio e longo prazos melhores relações com as comunidades internacionais e, dessa forma, ter maiores condições de negociar a questão da dívida externa (BARBOSA, F., 1992).

Tendo em vista esse objetivo mais amplo, o governo Collor previa uma redução progressiva dos níveis de proteção tarifária e uma exposição planejada da indústria brasileira à competição internacional.

Segundo FRITSCH e FRANCO (1992, p. 49-50), a reforma de 1990 compreendeu:

- a) eliminação de alguns regimes especiais de importação;
- b) eliminação de restrições administrativas para importações;
- c) eliminação de muitos incentivos fiscais;
- d) substituição do regime de *crawling peg* por um sistema de taxas de câmbio flutuantes;
- e) definição de um cronograma de redução de tarifas segundo o qual uma nova tarifa entraria em vigor no início de 1991, juntamente com o anúncio das reduções programadas até 1994, quando a média das tarifas atingiria 20%, com um mínimo de zero e um máximo de 40%;
- f) remoção da exigência de financiamento externo imposta sobre importações de bens de capital e de grande valor;
- g) redução da lista de produtos com importações proibidas até o fim da Lei de Informática², previsto para 1992;
- h) recriação de esquemas de financiamento às exportações, anteriormente eliminados, a partir de meados de 1991, e anúncio do fim do programa Befiex³;
- i) reformas na política industrial.

Com efeito, as restrições não-tarifárias às importações foram praticamente eliminadas e as tarifas foram enquadradas no cronograma de quatro anos (tabela 2), visando à eliminação gradual das distorções tarifárias existentes.

² Lei 7.232/84, que garantia a reserva de mercado para o setor de informática. Este praticamente fechou o mercado nacional durante oito anos.

³ Comissão Especial para Concessão de Benefícios e Programa Especial de Exportações.

TABELA 2 - CRONOGRAMA DE REDUÇÃO TARIFÁRIA – 1990-1994

ESTATÍSTICAS	1990	1991	1992	1993 ⁽¹⁾	1994 ⁽¹⁾
Tarifa Modal	40,0	20,0	20,0	20,0	20,0
Tarifa Média	32,2	25,3	21,2	17,1	14,2
Desvio-Padrão	19,6	17,4	14,2	10,7	7,9

FONTE: Ministério da Fazenda (cronograma oficial divulgado em 1990)

NOTA: Dados extraídos de ALLAIN (1995, p. 152).

(1) A implementação foi antecipada para, respectivamente, 1º/out./92 e 1º/jul./93.

A reforma de 1990 também eliminou as barreiras não-tarifárias, que incluíam basicamente o Controle de Guia por parte da Cacex⁴ e a lista de importações proibidas. Porém, as BNTs de natureza fronteiriça foram atingidas apenas marginalmente, em virtude da “natureza essencialmente setorial dessas barreiras” (FRITSCH e FRANCO, 1992, p. 51).

As medidas na área da política de competição foram definidas através da MP nº 204, de 3/8/90 e constituíam basicamente um esforço para melhorar o aparato antitruste, cujo objetivo maior era “elevar o nível de competitividade doméstica”.

Enfim, a política comercial brasileira – que se caracterizava por objetivar a ampliação e diversificação da capacidade produtiva, através das restrições e regimes especiais de importações, concessão de subsídios, isenções fiscais, etc. – define, a partir de 1990, com a implementação do programa de liberalização comercial, a eliminação de incentivos setoriais e o maior apoio à competitividade das empresas – uma nova política industrial e de comércio exterior, cujo objetivo maior é “maximizar a taxa de crescimento da produtividade ao longo do tempo e elevar o salário real” (CORREA, 1996, p. 3). Essa definição de política industrial e de comércio exterior inaugura uma nova fase da economia brasileira, onde o nível e a composição da produção nacional são determinados pelo mercado.

Os governos subseqüentes continuam o processo de abertura comercial iniciado pelo governo Collor, tentando cumprir com os objetivos da política comercial brasileira, conferindo uma atenção especial a alguns setores fortemente abalados pela liberalização comercial, o que possibilita um equilíbrio entre a abertura comercial e os interesses da indústria nacional.

⁴ Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROCESSO DE ABERTURA COMERCIAL

As mudanças na política comercial no início dos anos 90 promoveram uma série de modificações na economia brasileira, desde uma sistêmica política de abertura até a redução do tamanho do Estado. Também induziram transformações na indústria, levando em alguns casos à modernização e em outros ao encolhimento.

Para a investigação do processo de abertura comercial, no período compreendido entre 1992 e 1995, e de sua relação com a eficiência alocativa do Brasil, realizamos um estudo empírico que primeiramente avalia o grau de abertura dos setores da indústria de transformação e, em seguida, analisa a correlação entre as variáveis exportação, importação, produção interna, preços internos, coeficientes de importação, coeficientes de exportação, fluxo comercial e grau de abertura, através de testes estatísticos, para verificar se as hipóteses previstas são verdadeiras.

Os dados utilizados nesse estudo foram obtidos de fontes secundárias como: boletins do Banco Central do Brasil, anuários estatísticos do Banco do Brasil, revistas de economia, como a Conjuntura Econômica e a Suma Econômica e dados fornecidos diretamente pela Gerência de Estatística do Banco do Brasil (Gerest).

ANÁLISE DO GRAU DE ABERTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA

O grau de abertura econômica varia à medida que o país está integrado ao resto do mundo. O instrumental para medir o grau de abertura do Brasil constitui-se na razão entre importação e exportação e a produção interna do país (GUALDA, 1995, p. 92).

No entanto, considerando apenas o setor industrial da economia brasileira, temos:

$$GA_i = \frac{E_i + M_i}{PIB_i}$$

Onde:

GA_i = grau de abertura comercial do setor industrial

E_i = exportações industriais do setor

M_i = importações industriais do setor

PIB_i = Produto Interno Bruto industrial do setor

Para efeito de análise, consideramos com alto grau de abertura os setores que possuem coeficientes superiores a 0,70; e com baixo grau de abertura aqueles com coeficientes inferiores a 0,30.

Ao calcular o grau de abertura da economia para os setores industriais, no período 1992-95, constatamos que a economia brasileira tem realmente expandido seu grau de abertura econômica.

Observando a tabela 3, pode-se notar que, maior ou menor, todos os setores tiveram uma expansão do grau de abertura.

TABELA 3 - GRAU DE ABERTURA DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – 1992-1995

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	GRAU DE ABERTURA			
	1992	1993	1994	1995
Bebidas	0,0806	0,1171	0,2059	0,2495
Borracha	0,2079	0,2266	0,2768	0,3678
Fumo	0,5793	0,5067	0,6795	0,8296
Madeira	0,1945	0,2673	0,3451	0,3897
Material de transporte	0,3732	0,3621	0,4151	0,5230
Material elétrico e de comunicações	1,0089	1,0635	1,1821	1,3733
Mecânica	0,1605	0,1434	0,1363	0,2002
Metalurgia	0,2534	0,2383	0,2224	0,2676
Minerais não-metálicos	1,5333	1,5282	1,4885	1,5943
Mobiliários	0,0579	0,0903	0,1060	0,1341
Papel e papelão	0,2674	0,2785	0,3257	0,5586
Peles, couros e produtos similares	0,4106	0,4058	0,4588	0,6666
Perfumaria, sabões e velas	0,0923	0,1348	0,1500	0,2027
Produtos alimentares	0,2492	0,2768	0,3613	0,3816
Produtos de matérias plásticas	0,3423	0,4073	0,4579	0,6288
Produtos farmacêuticos	0,1269	0,1329	0,2296	0,2497
Química	0,1050	0,1163	0,1314	0,1702
Têxteis	0,1380	0,1843	0,1942	0,2911
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	0,3566	0,4124	0,3810	0,4412

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco do Brasil, Anuário Estatístico do Brasil – IBGE, Boletim do Banco Central do Brasil, Suma Econômica

Dentre os setores industriais de transformação que apresentaram maior grau de abertura econômica, destacam-se as indústrias de material elétrico e de comunicações (1,37), minerais não-metálicos (1,59) e fumo (0,82). As duas primeiras tiveram os maiores graus de abertura em 1992 – demonstrando que estes setores estão bem integrados com o comércio internacional –, porém sempre apresentando saldos negativos em sua balança comercial. O fluxo comercial dessas indústrias é maior que a produção interna de cada uma. No caso da indústria de material elétrico e de comunicações,

destaca-se ainda o crescimento de 36% no grau de abertura, que se deve, principalmente, ao crescimento de 172% das importações.

A indústria de fumo começa a apresentar aumento do grau de abertura a partir de 1993. Ao final do período analisado, esse aumento chega a 43,2%, o que é creditado a uma redução da produção interna *pari passu* ao crescimento de 19,7% das exportações e de 51,15% das importações. Entre os setores mais abertos, é o único que apresenta saldos positivos na balança comercial.

Já, entre os setores industriais que possuem menor grau de abertura comercial, o destaque fica para: bebidas (0,24); metalurgia (0,26); mobiliários (0,13); perfumarias, sabões e velas (0,20); produtos farmacêuticos (0,25); química (0,17); e têxteis (0,29).

A relação desses setores com o exterior, medida pelas importações e exportações e pelo nível de produção, pode ser considerada inexpressiva. Em todos os casos, o fluxo comercial não representa nem 30% da produção interna de cada setor.

Entre os setores mais fechados, a indústria de metalurgia apresenta um comportamento atípico em relação aos demais. Teve sucessivas quedas em seu grau de abertura ao exterior, com uma recuperação em 1995, que foi atribuída ao grande aumento das importações naquele ano. De 1992 a 1995, expandiu sua abertura em apenas 5,6%.

Os demais setores apresentaram uma característica bastante comum entre si. Além de serem os mais fechados da economia, fazem parte do grupo que apresentou, no período de 1992-95, a maior expansão do grau de abertura para o exterior.

A evolução das taxas de crescimento do grau de abertura é um fator muito importante e que chama a atenção ao analisarmos a abertura da economia. Ou seja, o crescimento do coeficiente de abertura de alguns setores bastante expressivos demonstra seu nível de exposição ao comércio externo (tabela 4).

A maioria dos setores analisados teve um crescimento do grau de abertura maior que 50%. As indústrias de bebidas, mobiliários, perfumaria, produtos farmacêuticos e têxteis, as mais fechadas da economia, além dos setores de madeira e papel e papelão, vêm sofrendo um processo paulatino de abertura econômica, com taxas de crescimento do grau de abertura superiores a 100%.

A indústria de bebidas é um bom exemplo. Trata-se de um setor ainda muito fechado por apresentar um grau de abertura de apenas 0,2495 em 1995. No entanto, de 1992 a 1995 apresentou uma

expansão de 209,58%. Esse expressivo crescimento pode ser explicado pelo aumento mais que proporcional do fluxo comercial, que cresceu 336% no período, em relação à produção interna, que aumentou apenas 40,88%. O incremento do fluxo se deve à elevação das importações em 678% no período.

TABELA 4 - VARIAÇÃO DO GRAU DE ABERTURA DOS SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 1992-1995

SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	VARIAÇÃO DO GRAU DE ABERTURA (%)			
	1992-1993	1993-1994	1994-1995	1992-1995
Bebidas	45,29	75,83	21,18	209,55
Borracha	8,99	22,15	32,88	76,91
Fumo	-12,53	34,10	22,09	43,21
Madeira	37,43	29,11	12,92	100,36
Material de transporte	-2,97	14,64	25,99	40,14
Material elétrico e de comunicações	5,41	11,15	16,17	36,12
Mecânica	-10,65	-4,95	46,88	24,74
Metalurgia	-5,96	-6,67	20,32	5,60
Minerais não-metálicos	-0,33	-2,60	7,11	3,98
Mobiliários	55,96	17,39	26,51	131,61
Papel e papelão	4,15	16,95	71,51	108,90
Peles, couros e produtos similares	-1,17	13,06	45,29	62,35
Perfumaria, sabões e velas	46,05	11,28	35,13	119,61
Produtos alimentares	11,08	30,53	5,62	53,13
Produtos de matérias plásticas	18,99	12,42	37,32	83,70
Produtos farmacêuticos	4,73	72,76	8,75	96,77
Química	10,76	12,98	29,53	62,10
Têxteis	33,55	5,37	49,90	110,94
Vestuário, calçados e artef. de tecidos	15,65	-7,61	15,80	23,72

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 3

NOTA: Dados elaborados pela autora.

A indústria de mobiliário, apesar de ser o setor mais fechado da economia, expandiu em 131,6% seu grau de abertura. Isso se deve ao crescimento acelerado das importações (838%, de 1992 a 1995). Trata-se de um setor que vem apresentando saldos positivos em sua balança comercial.

O setor de perfumaria, sabões e velas apresentou um grau de abertura crescente durante todo o período que envolve a análise, totalizando uma expansão de 119,6%, continuando, contudo, como um dos setores mais fechados. Novamente, esse aumento se deve mais às importações, que cresceram 260,5% no período, que às exportações (78,2% de aumento).

Com um coeficiente de 0,2911, a indústria têxtil é considerada um setor ainda muito fechado. Porém, é importante destacar que este setor tem apresentado mudanças significativas a partir de 1993, onde se verifica um grande aumento das importações e uma pequena queda da produção nacional, o que fez com que o grau de abertura se elevasse compulsoriamente, principalmente no ano de 1995 em relação a 1994.

Este setor foi também o que mais tomou lugar na mídia desde 1994 contra o rápido processo de abertura para o exterior que se iniciava, pois, segundo os empresários do ramo, o grande aumento das importações obrigou o fechamento de dezenas de fábricas no interior de São Paulo, “custando o emprego, segundo se estima, de 15 mil a 20 mil operários” (GAZETA MERCANTIL, 6 jun. 1995, p. A4).

A indústria de produtos farmacêuticos, ainda uma das mais fechadas, mostrou grande dinamismo em seu fluxo comercial, tendo as exportações crescido 68,4%, de 1992 a 1995, e as importações 185,7%. Tais crescimentos determinaram o aumento do grau de abertura do setor em 96,7%.

A indústria de madeiras apresenta em 1995 um coeficiente de abertura inexpressivo, apenas 0,3897, mas esse coeficiente representa um aumento de abertura de 100,4%. Nesse caso, o fator responsável foram as exportações, que cresceram em 100% e que garantem um saldo positivo de grande expressão na balança comercial.

A indústria de papel e papelão expandiu seu grau de abertura em 109%, com saldos positivos na balança comercial. Esse crescimento se deve ao aumento das exportações, em 84,2%, e das importações, em 304%.

Enfim, os dados demonstram que, apesar de a economia brasileira apresentar, em geral, um baixo grau de abertura comercial, todos os setores experimentaram algum aumento nesses últimos três anos. Isso demonstra que a economia segue paulatinamente os rumos delineados pelo governo Collor, de abertura gradual ao exterior.

ANÁLISE DOS COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO

As análises do grau de abertura demonstraram que realmente a economia vem expandindo sua abertura ao exterior. Importa-nos agora avaliar quais são os efeitos sobre a economia brasileira. Para isso empregamos o teste de correlação.

A natureza do coeficiente de correlação é determinar a relação entre variáveis. O cálculo da correlação é dado pela covariância de dois conjuntos de dados dividida pelo produto de seus

desvios-padrão. A correlação positiva indica que os grandes valores de um conjunto estão associados aos grandes valores de outro (P positivo mostra que Y tende a crescer com o crescimento de X). A correlação negativa indica que os pequenos valores de um conjunto estão associados aos grandes valores do outro (P negativo mostra que Y tende a variar no sentido oposto ao de X). A correlação próxima de zero indica que os dois conjuntos não se relacionam linearmente.

A equação para o coeficiente de correlação é:

$$\rho_{xy} = \frac{cov(X, Y)}{\sigma_x \sigma_y}$$

onde:

$$-1 \leq \rho_{xy} \leq 1$$

e:

$$cov(X, Y) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (x_i - \mu_x)(y_i - \mu_y)$$

A tabela 5 mostra os resultados da análise de correlação efetuada entre as diversas variáveis econômicas, representadas em cada uma das colunas.

Inicialmente, foram investigados os resultados da correlação entre os coeficientes de importação⁵ e produção interna dos setores analisados. Verificou-se que a maioria dos resultados foram positivos, mostrando que a produção interna apresentou um crescimento linear ao crescimento do coeficiente de importação, o que confirma a hipótese de que a abertura da economia para o comércio internacional possibilita às empresas maior acesso a novas tecnologias, fazendo com que se eleve a qualidade dos produtos e o nível de produtividade, aumentando conseqüentemente a produção.

A queda nos preços, devido à entrada de produtos importados, diminui com o poder de fixar preços de alguns setores industriais, fazendo com que as empresas, para manter seu nível de lucro, tenham que aumentar seu volume de vendas e sua produção para conseguir economias de escala.

Algo que vem dar sustentação aos resultados dessa correlação é a estratificação das importações brasileiras em 1995, quando a entrada de bens de capital correspondeu a 40% do total das compras externas e o petróleo e seus derivados corresponderam a 9% (gráfico 1).

⁵ Obtido pela razão entre a importação e o PIB de cada setor.

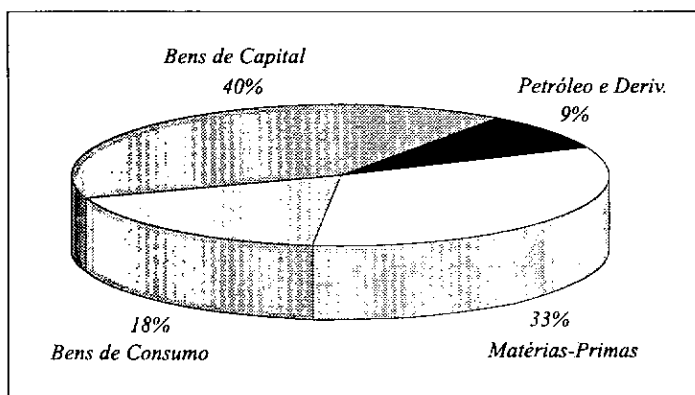
TABELA 5 - COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	COEFICIENTE					
	Coefficiente de Importação X Produção Interna	Grau de Abertura X Produção Interna	Grau de Abertura X Preços Internos	Importaç. X Preços Internos	Coefficiente de Exportação X Produção Interna	Exportação X Preços Internos
Bebidas	0,9663	0,9624	-0,9737	-0,9877	0,5874	-0,9644
Borracha	0,7404	0,7382	-0,8723	-0,8936	0,7313	-0,9478
Fumo	-0,8093	-0,9673	-0,8825	-0,7484	-0,9739	-0,8422
Madeira	-0,3827	-0,0190	-0,9321	-0,9132	0,0046	-0,8763
Material de transporte	0,8278	0,7152	-0,9100	-0,9819	-0,9391	0,0060
Material elétrico e de comunicações	0,9796	0,9824	-0,9561	-0,9544	-0,9384	-0,9869
Mecânica	0,3321	0,0859	-0,5106	-0,9019	-0,9676	0,4461
Metalurgia	0,5430	-0,2243	-0,2705	-0,9190	-0,8595	-0,8673
Minerais não-metálicos	0,4207	0,4458	-0,4954	-0,8289	-0,3443	-0,8310
Mobiliários	0,7572	0,9541	-0,9772	-0,9594	0,9933	-0,8998
Papel e papelão	0,6528	0,6511	-0,9059	-0,9131	0,6490	-0,9341
Peles, couros e produtos similares	-0,7746	-0,8824	-0,8833	-0,9245	-0,9103	-0,9523
Perfumaria, sabões, velas	0,9960	0,9979	-0,9783	-0,9518	0,9710	-0,9922
Produtos alimentares	0,9537	0,8256	-0,8962	-0,9893	0,6859	-0,8919
Produtos de matérias plásticas	0,9713	0,9902	-0,9730	-0,9521	0,5236	-0,9028
Produtos farmacêuticos	0,7246	0,7221	-0,9407	-0,9831	0,6282	-0,9194
Química	0,8258	0,7986	-0,9672	-0,9904	0,6601	-0,9669
Têxteis	-0,4653	-0,5295	-0,9628	-0,9709	-0,5600	-0,2793
Vestuário, calçados artefatos tec.	-0,4375	0,0621	-0,6621	-0,9446	0,7723	0,4622

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 3

NOTA: Dados elaborados pela autora.

GRÁFICO 1 – DIVISÃO DAS IMPORTAÇÕES NO BRASIL - 1995



FONTE: ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA. Maringá : UEM/Departamento de Economia, n. 1, p. 21, jul. 1996.

Os setores industriais de fumo, madeira, pele e couros, têxteis e vestuário apresentaram uma correlação negativa, não confirmando a hipótese. Isso ocorreu porque tais setores tiveram uma queda em seus níveis de produção, possivelmente por não terem conseguido se adequar à concorrência externa de preços, advinda da abertura da economia, ou ainda por motivo de retração do consumo.

O setor de fumo foi o que apresentou o maior coeficiente de correlação negativa, entre coeficiente de importação e produção. A Souza Cruz, principal empresa do ramo, apresentou queda nas vendas de 1993 a 1995, o que resultou numa queda na produção em 1994 e 1995. Esta se deu pela retração geral no consumo e pelo aumento da concorrência externa. No final de 1994, a elevação da carga real de impostos de 66% para 73% veio novamente trazer problemas para o setor (EXAME MELHORES E MAIORES, 1995).

Os resultados apresentados através dos coeficientes de correlação entre o grau de abertura e a produção interna foram positivos para a maioria dos setores, ou seja, a produção nacional cresceu com o crescimento do grau de abertura da economia. Esse fato também confirma a hipótese de que a abertura da economia estimula as indústrias nacionais a buscar maior eficiência, melhorando suas condições de competição no mercado internacional, o que faz aumentar a produção interna. Os casos negativos se referem àqueles setores que não apresentaram elevação da produção ou tiveram um inexpressivo aumento do grau de abertura.

No cálculo da correlação entre grau de abertura e preços, todos os coeficientes apresentaram uma correlação negativa, o que comprova a hipótese básica deste artigo, de que um maior grau de abertura da economia estimula a eficiência alocativa das empresas, melhorando a competitividade da indústria nacional, ou seja, quanto mais a economia abriu, mais os preços internos se aproximaram dos preços internacionais, mostrando assim a existência de um *trade off* entre o grau de abertura e os preços internos.

Resultados similares são obtidos com os coeficientes de correlação entre importação e preços. Os resultados negativos mostram que os preços tendem a variar no sentido oposto ao aumento das importações, o que vem também confirmar a hipótese de que, com a abertura comercial, a pressão competitiva dos produtos importados desencadeia um processo de redução e estabilização dos níveis de preços internos, reduzindo-os a níveis mais competitivos.

O fato que ilustra bem essa situação é a redução das alíquotas de importação em setembro de 1994 e a valorização cambial, que elevaram as importações, freando o aumento e até diminuindo os preços internos (CONJUNTURA ECONÔMICA, 1996).

Quando se analisam preços internos, deve-se levar em consideração que os anos estudados correspondem a um período de estabilização da economia, em que a tendência dos preços era mesmo de queda, e uma análise puramente estatística não visa separar os fatores que desencadearam quedas nos preços.

Com as análises dos coeficientes de correlação entre exportação e produção interna, procurou-se investigar se, com uma maior inserção econômica do Brasil no mercado mundial, ocorrerá um melhor desempenho das exportações industriais, influenciando de forma positiva o nível de crescimento da produção.

De acordo com os resultados obtidos na análise, verificou-se que 11 setores analisados (de um total de 19) apresentaram coeficientes de correlação positivos, mostrando que o aumento das exportações, advindo da abertura comercial, influenciou o crescimento da produção interna. Os resultados negativos aparecem naqueles setores que tiveram queda no nível de produção interna.

Finalmente, analisando os coeficientes de correlação entre exportações e nível de preços internos (coluna 6), pode-se observar que apenas três coeficientes são positivos e os demais são negativos. Os coeficientes negativos indicam que os preços tendem a cair com o aumento das exportações. Dessa forma, é possível supor que os setores industriais brasileiros não fazem discriminação de preços entre mercado interno e externo.

Essa relação é possível porque o aumento das exportações provoca o aumento da produção, reduzindo o custo médio unitário dos produtos, o que faz com que os exportadores brasileiros sejam competitivos no mercado internacional.

Sendo assim, como não há discriminação de preços para os exportadores, pode-se concluir que os preços internos situam-se próximo aos preços internacionais, ocorrendo reduções internas toda vez que as exportações aumentam. Isso vem confirmar a hipótese de que aumento das exportações reduz os preços internamente.

Na correlação entre exportações e preços, somente os setores de material de transporte, mecânica e vestuário não confirmaram a hipótese, pois tanto os preços como as exportações decresceram no período.

Por fim, pode-se destacar através da análise de correlação que os resultados confirmaram a hipótese. Para a maioria dos setores analisados, a liberalização comercial ampliou o fluxo de comércio internacional, embora esta seja uma abertura mais importadora que exportadora. Esse resultado propiciou maior acesso às novas tecnologias, dando oportunidade às empresas de ampliar sua capacidade de oferta interna e melhorar o nível de produção e qualidade dos produtos, e serviu como instrumento antiinflacionário ao equilibrar o nível de preços internos.

CONCLUSÃO

Uma das unanimidades do Brasil atual é o reconhecimento de que o modelo de desenvolvimento autárquico (fechado) e intervencionista do pós-Guerra esgotou-se.

Embora a falência desse modelo já estivesse aparente desde o começo dos anos 80, somente na década seguinte surgiu uma reação organizada, com o início de uma série de ações centradas na liberação do comércio exterior e na redução do intervencionismo do Estado na economia.

Uma das poucas realizações positivas que pode ser creditada ao governo Fernando Collor de Mello foi a de perceber o rumo para o qual a economia mundial seguia e tentar situar o Brasil nesse caminho. Para tanto, promoveu uma série de modificações que incluíam desde uma sistêmica política de abertura econômica até a redução do tamanho do Estado.

Esse processo de abertura da economia induziu algumas mudanças na indústria brasileira. Em alguns casos, levou à modernização, sendo a indústria automobilística um bom exemplo, e em outros ao encolhimento, como nos setores calçadista e têxtil. Para solucionar os problemas dos setores fortemente abalados por esse processo de abertura, o governo vem tentando cumprir com os objetivos da política comercial, conferindo atenção especial a eles, o que faz com que a política brasileira seja equilibrada entre a abertura comercial – processo irreversível da economia – e os interesses da indústria nacional.

Por meio da análise do grau de abertura dos setores industriais, constatou-se que a economia brasileira continua muito fechada, com somente três setores apresentando coeficientes de grau de abertura elevados (fumo, material elétrico e de comunicação e minerais não-metálicos); embora, em outros setores, mesmo

continuando muito fechados, o nível de abertura ao exterior tenha sido bastante expressivo.

Já, na análise de correlação, confirmou-se a hipótese de que, de 1992 a 1995, as indústrias em geral aumentaram sua produção devido ao aumento do grau de abertura. Isso ocorreu porque as empresas nacionais tiveram que buscar maior eficiência para concorrer com as empresas do exterior, reduzindo assim os preços e aumentando a participação no mercado interno, obtendo ganhos de escala.

Além disso, verificou-se que o grau de abertura, as importações e as exportações apresentaram uma correlação negativa com o nível de preços. Isso mostra que a abertura comercial propiciou uma queda dos preços internos, decorrente da concorrência dos importados e da melhora da competitividade das empresas, dados o estímulo, a eficiência alocativa e o aumento das possibilidades de exportação. Isso confirma a hipótese de que, com o processo de abertura comercial, a pressão competitiva dos produtos importados desencadeia um processo de redução e estabilização do nível de preços internos, melhorando o grau de competitividade da economia.

A única hipótese que não foi inteiramente comprovada refere-se à correlação entre a exportação e a produção interna, o que significa que o desempenho das exportações não exerceu muita influência sobre a produção industrial.

Cabe destacar que, no período 1992-95, verificou-se um enorme aumento das importações, ao passo que as exportações tiveram um acréscimo modesto. O motivo da grande elevação das importações está no avanço da reforma tarifária e na valorização do câmbio, enquanto as exportações foram prejudicadas pela inexistência de uma moderna política de exportação, que garantisse uma taxa de crescimento igual ou superior à da importação.

Esta é uma questão que o governo terá que rever para a concretização do processo de abertura comercial, pois, dada a qualidade das importações brasileiras, faz-se necessária uma arrojada política para promover as exportações.

Enfim, a economia brasileira tem apresentado nos últimos anos um bom desempenho em seu processo de integração comercial, o que propiciou uma crescente eliminação da mentalidade protecionista, seguindo o caminho da abertura gradual e constante da economia. Cabe agora aumentar a capacidade de competitividade dos produtos brasileiros em relação aos congêneres – e isso inclui a redução de tarifas de importação, a privatização de empresas estatais,

a redução da ineficiência dos portos, a reforma tributária, etc. O que parece claro é que a globalização das economias é algo irreversível e que os países que não participarem dessa inserção econômica ficarão à margem do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALLAIN, Marcelo Resende (1995). Impacto da liberalização comercial sobre preços industriais. **Estudos Econômicos**, São Paulo : USP/IPE, v. 25, n. 2, p. 151-172, maio/ago.
- 2 ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA (1996). Maringá : UEM/ Departamento de Economia, n.1, jul.
- 3 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1990. Rio de Janeiro : IBGE, v. 50.
- 4 BAER, Werner (1996). **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro : FGV.
- 5 BARBOSA, Fernando de Holanda (1992). Abertura e taxa de câmbio. **Folha de S. Paulo**, 21 mar. Caderno Dinheiro, p. 2.
- 6 BARBOSA, Rubens A. (1993). O Brasil e o comércio mundial. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro : FUNCEX, n. 37, p. 9-11, out./dez.
- 7 BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, 1993-1996.
- 8 BRAGA, Helson C.; TYLER, William C. (1990). **Trade policies in Brazil**. Rio de Janeiro : IPEA.
- 9 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Conselho de Política Econômica e Social (1989). **Política de proteção e política industrial : uma agenda para discussão**. Rio de Janeiro.
- 10 CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro : FGV, 1995-1996.
- 12 CORDEN, W. M. (1989). Proteção, liberalizações e política macroeconômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo : USP/IPE, v.19, n. 1, p. 5-24, jan./abr.
- 13 CORREA, Paulo Guilherme (1996). **Abertura comercial e reestruturação industrial no Brasil : deve o Brasil intervir?** s.L. : BNDES/DEPEC. (Texto para discussão, 45) .
- 14 EXAME, MELHORES E MAIORES (1995). São Paulo : Abril, ago.
- 15 FRITSCH, Winston; FRANCO, Gustavo H. B. (1992). Política comercial, de competição e de investimento estrangeiro. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro : FUNCEX, n.33, p. 46-59, out./dez.
- 16 GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 6 jun. 1995. p. A4.
- 17 GRUPO DE ESTUDOS E ANÁLISES DA CONJUNTURA ECONÔMICA (1996). Conjuntura econômica brasileira : um ano de Plano Real. **A Economia em Revista**, Maringá : UEM/DCO, v. 4, n. 2.

- 18 GUALDA, Neio Lúcio Peres (1995). **A relação entre estrutura de mercado e comércio internacional** : a questão teórica e um estudo desta relação na economia Argentina. São Paulo. Tese (Doutorado), FGV.
- 19 GUIMARÃES, Edson Peterli et al. (1987). As barreiras não-tarifárias como instrumento da política de importações no Brasil. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro : FUNCEX, n. 10, p. 8-21, mar./abr.
- 20 KUME, Honório (1990). **A política tarifária brasileira no período 1980-88** : avaliação e reforma. Rio de Janeiro : IPEA. (Épico, 17). Versão preliminar.
- 21 LEMME, Marta Calmon (1990). A revisão tarifária de 1989. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro : FUNCEX, n. 26, p. 33-42, nov./dez.
- 22 MARTIRENA-MANTEL, Ana Maria (1986). **Distorciones domésticas y ordenamiento óptimo de políticas comerciales en la economía abierta**. Argentina : Instituto Torcuato Di Tella/Centro de Investigaciones Económicas.
- 23 MOREIRA, Benedito (1988). A tendência do comércio internacional e o Brasil. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro : FUNCEX, n. 19, p.1, set./out.
- 24 SANTOS, Theotônio dos (1994). **Economia mundial, integração regional & desenvolvimento sustentável** : as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 2. ed. Petrópolis : Vozes.
- 25 SUMA ECONÔMICA (1996). Rio de Janeiro : Tama, n. 211, ago.
- 26 SUZIGAN, Wilson (1986). **A indústria brasileira em 1985/86** : desempenho e política. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- 27 TREDEZINI, Cícero Antonio O. (1990). **Os planos de estabilização do Brasil** : um estudo através das políticas econômicas postas em prática durante os planos Cruzado, Bresser, Verão e Brasil Novo. Maringá : UEM/Departamento de Economia. Versão preliminar.
- 28 VEIGA, Pedro Motta (1989). A inserção internacional da economia brasileira : condicionantes e perspectivas (2ª parte). **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro : FUNCEX, n. 22, p. 19-29, mar./abr.
- 29 ZINI Jr., Álvaro (1988). **Política cambial e liberalização do comércio**. São Paulo : USP/FEA. (Texto de discussão, 27/88).